

# Instituto Nordeste Cidadania

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do  
Instituto Nordeste Cidadania  
Fortaleza - Ceará**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nordeste Cidadania (Instituto), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

  
Renan Melo de Oliveira  
Contador CRC 023259/O-4

## Instituto Nordeste Cidadania

### Balço patrimonial exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	8	5.689	8.385
Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrição	9	11.414	10.290
Adiantamentos		1.502	792
Tributos a recuperar		77	75
Despesas antecipadas		12	13
Termo de parceria/doação a receber	10	515.807	347.994
Valores a receber		-	1.121
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>534.501</b>	<b>368.670</b>
<b>Não circulante</b>			
Termo de parceria/doação a receber	10	458.508	153.669
Depósitos judiciais	11	38.644	23.138
Títulos de capitalização		-	70
Valores a receber		1.122	-
Imobilizado - Com restrição	12	704	710
Imobilizado - Sem restrição	12	119	103
Intangível - Com restrição		60	140
Intangível - Sem restrição		-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>499.157</b>	<b>177.830</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.033.658</b>	<b>546.500</b>

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	1.083	679
Obrigações sociais e trabalhistas	14	25.976	21.081
Obrigações tributárias		70	52
Obrigações com terceiros		513	804
Valores a pagar		363	2
Termo de parceria/doação a executar	15	457.601	323.737
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>485.606</b>	<b>346.355</b>
<b>Não circulante</b>			
Provisão para contingências	16	77.579	90.819
Termos de Parcerias/doação a executar	15	458.867	98.866
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>536.446</b>	<b>189.685</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	17 a.	11.606	10.460
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>11.606</b>	<b>10.460</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.033.658</b>	<b>546.500</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Receita operacional líquida</b>			
Receitas com restrições	18.1	272.416	197.668
Receitas sem restrições	18.2	700	555
		<u>273.116</u>	<u>198.223</u>
Custos com programas e projeto sociais com restrição	19	(272.584)	(197.617)
Custos com programas e projeto sociais sem restrição	19	(1.101)	(1.330)
		<u>(273.685)</u>	<u>(198.947)</u>
<b>Superávit/Déficit bruto</b>		<u>(569)</u>	<u>(724)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas gerais e administrativas	20	(1.080)	(867)
Despesa com voluntariado	20	(277)	(205)
Outras receitas		1.911	125
		<u>554</u>	<u>(947)</u>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>(15)</u>	<u>(1.671)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receita financeira	21	1.211	1.156
Despesa financeira	21	(50)	(53)
		<u>1.161</u>	<u>1.103</u>
<b>Superávit/Déficit do exercício</b>		<u>1.146</u>	<u>(568)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Superávit/Déficit do exercício</b>	<b>1.146</b>	<b>(568)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>1.146</u></b>	<b><u>(568)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>		<b>11.028</b>	-	<b>11.028</b>
Déficit do exercício	17 a.	-	(568)	(568)
Destinação do déficit do exercício		(568)	568	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>10.460</b>	-	<b>10.460</b>
Superávit do exercício	17 a.	-	1.146	1.146
Destinação do superávit do exercício		1.146	(1.146)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>11.606</b>	-	<b>11.606</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Superávit/Déficit do exercício		1.146	(568)
<b>Ajustes ao déficit do exercício</b>			
Depreciação e amortização		321	327
Baixa de ativo imobilizado/intangível		163	72
Constituição da provisão para contingência	16	25.019	21.685
Reversão, reavaliação e baixa de provisão para contingência	16	(19.835)	(58.883)
Atualização monetária sobre depósito judicial	11	(2.071)	(1.058)
		<u>4.743</u>	<u>(38.425)</u>
Adiantamentos		(710)	(181)
Tributos a recuperar		(2)	(10)
Despesas antecipadas		1	-
Termo de parceria/doação a receber		(472.652)	213.076
Valores a receber		(1)	247
Depósitos judiciais		(31.859)	(22.565)
Títulos de capitalização		70	-
		<u>(505.153)</u>	<u>190.567</u>
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>			
Fornecedores		404	(938)
Obrigações sociais e trabalhistas		4.895	(202)
Obrigações tributárias		18	(30)
Obrigações com terceiros		70	(131)
Termo de parceria/doação a executar		493.865	(178.092)
		<u>499.252</u>	<u>(179.393)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais</b>		<u>(1.158)</u>	<u>(27.251)</u>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado com restrição	12.1	(267)	(143)
Aquisição de imobilizado sem restrição	12.2	(147)	(4)
Aquisição de intangível com restrição		-	(3)
		<u>(414)</u>	<u>(150)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades investimentos</b>		<u>(414)</u>	<u>(150)</u>
<b>(Redução) do caixa e equivalente de caixa</b>		<u>(1.572)</u>	<u>(27.401)</u>
Caixa no início do exercício (com restrição e sem restrição)		18.675	46.076
Caixa no fim do exercício (com restrição e sem restrição)		17.103	18.675
<b>(Redução) do caixa e equivalente de caixa</b>		<u>(1.572)</u>	<u>(27.401)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Nordeste Cidadania (doravante referido como "Inec" ou "Instituto"), estabelecido em 1993, foi constituído por funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em apoio à Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida. Nesse contexto, o Instituto surgiu como resposta às graves questões socioeconômicas enfrentadas por uma significativa parcela da população que se encontrava abaixo da linha da pobreza. Em 1996, o Inec foi registrado como uma Organização Não Governamental (ONG), ampliando assim a implementação de projetos produtivos que visam gerar emprego e renda.

Enquanto entidade de direito privado, sem fins lucrativos, o Instituto foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, em 2003. Papel fundamental no combate à pobreza e na promoção da inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, uma vez que facilitam o acesso ao crédito orientado para empreendedores de pequeno porte, tanto no setor formal quanto no informal da economia, incentivando assim a geração de trabalho e renda, no campo.

O Inec atua em todos os estados do Nordeste, bem como nos municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, e sua sede administrativa fica na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Com atuação voltada para a promoção da cidadania para o desenvolvimento sustentável, e atividades nas áreas de educação, cultura, arte e tecnologia, o Instituto contribui para o fortalecimento de sua identidade perante a sociedade nas regiões em que atua. Destaca-se que a missão do Instituto é promover a cidadania por meio de programas socioambientais e de microfinanças, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável do semiárido. Suas ações socioambientais entendem que este desenvolvimento é possível a partir da geração de renda e do protagonismo social e, atualmente, são distribuídas em seis projetos que seguem metodologias que valorizam a vida, os recursos e a identidade local com o envolvimento da comunidade, e os laços sociais, todos alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pelas Nações Unidas.

Alinhado ao seu objetivo social, o Inec não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente para a consecução dos seus objetivos sociais.

As informações referentes às atividades sociais estão disponíveis no site do Instituto:  
<https://inec.org.br/>.

### **Plano de continuidade operacional**

O Instituto Nordeste Cidadania e o Banco do Nordeste renovaram o termo de parceria para operacionalização do Programa Agroamigo nos anos de 2025 e 2026, e mantém vínculo com o termo de parceria que originou o Programa Crediamigo, uma vez que subsistem ônus relacionados a este, que o Inec deverá saldar por meio de repasses de recursos do parceiro público. Dessa forma, não haverá impacto financeiro para o Instituto.

A operacionalização do Programa Agroamigo é assegurada pelo Termo de Parceria nº 2024/315, renovado em dezembro de 2024 com o Banco do Nordeste S.A., com vigência até 31 de dezembro de 2026, destacando assim, a sólida parceria existente de 20 anos entre o Instituto e o Banco.

O Instituto segue uma abordagem ativa na manutenção e expansão de suas operações e projetos socioambientais. Isso envolve uma participação estratégica em editais e programas de incentivos, além da busca e estabelecimento de convênios e parcerias estratégicas. A atuação do Inec é ampliada por meio de colaborações com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA-CE) e outros órgãos estaduais e federais, assegurando uma base sólida para as atividades do Instituto.

Foi executado mais um plano de trabalho para o “Programa Desenvolvimento Comunitário – Ciranda de saberes, diálogos e sustentabilidade” submetido ao CEDCA-CE. Além disso, o Instituto teceu esforços para obtenção recursos via leis de incentivo como a Lei Rouanet e Edital Mecenaz conseguindo as cartas de captação de recursos para dois projetos Cultura em Comunidade, planejando atividades que garantam a continuidade e o desenvolvimento dos projetos do Inec. Também se conseguiu recursos com a OSC Internacional Water.org para expansão do projeto Caminho das Águas.

Em seu portfólio voltado para a área socioambiental, encontram-se projetos em distintas etapas de execução, desde as atividades recorrentes do Projeto Prosseguir custeado pelo Instituto, voltado para a preparação de jovens para o ingresso no ensino superior e no mundo do trabalho, passando pelo avanço metodológico do Projeto Labinec Maracanaú explicado na nota explicativa 6c., até o funcionamento parcial do Projeto Ecoinec, uma unidade experimental de agroflorestal urbana em Fortaleza (CE), também financiado por recursos próprios. Essa diversidade tem-se revelado essencial para manter a relevância e eficácia da atuação do Inec, atendendo às necessidades comunitárias e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O Instituto está dedicado a assegurar a continuidade e o fortalecimento dos projetos existentes, ao mesmo tempo em que busca oportunidades para novas parcerias, inovação e crescimento. O compromisso é manter e expandir as operações de forma ética e responsável, e o foco é reforçar as iniciativas socioambientais, garantindo que permaneçam resilientes, relevantes e alinhadas com a sua missão.

A Administração avalia de forma constante o impacto de qualquer evento com desdobramentos relevantes nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

**Serviços prestados pelos auditores externos:**

Em atendimento a norma emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da NBC PA 400 (alterada pela Revisão da NBC 17) em 2024, requer a divulgação dos honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Instituto desembolsou o montante de R\$ 138 relativos a serviços de auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda., e confirmamos que não há nenhum outro serviço por ela prestado.

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG-2002 (R1) – “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Inec são apresentados na nota explicativa nº 6 – principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Instituto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto Nordeste Cidadania em 20 de fevereiro de 2025.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

### **(i) Julgamentos**

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão divulgadas:

- **Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingência.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros por categoria.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**6 Políticas Contábeis Materiais**

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Instituto considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento, classificação e mensuração**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalentes de caixa – sem restrição e com restrição, valores a receber, termo de parceria/doação a receber, termo de parceria/doação a receber não circulante e depósitos judiciais.

Os recursos de termos de parceria/doação a receber e termo de parceria/doação a receber não circulante são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

**(ii) *Classificação e mensuração subsequente***

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

**(iii) *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio***

O Instituto realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Estes incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Instituto; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Instituto.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**(iv) *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Instituto considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Instituto considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- Os termos que limitam o acesso do Instituto a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

#### *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

#### *Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: Fornecedores e outras obrigações, termo de parceria/doação a executar e termo de parceria/doação a executar – não circulante.

#### **(v) Desreconhecimento**

##### *Ativos financeiros*

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

*Passivos financeiros*

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

**(vi) *Compensação***

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(vii) *Ativos e passivos financeiros derivativos***

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**c. *Termo de parceria/doação a receber***

São correspondes aos valores a ser repassado pelos termos de parceria firmados entre o Instituto e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), por meio de contrato de doação com restrição com a Water.org, e o Termos de Fomentos celebrados com o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Maracanaú, Fundo Estadual para a Criança e ao Adolescente do Ceará.

***Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)***

Em 29 de dezembro de 2021, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB” ou “Parceiro Público”) o Termo de Parceria nº 2021/437 com vigência no período de três meses de 01 de janeiro a 31 de março de 2022. Em seguida firmou o primeiro aditivo, com vigência até 30 de junho de 2022; o segundo aditivo até 30 de setembro de 2022; e o terceiro aditivo até 31 de dezembro de 2022. A partir de 2023 a operacionalização do programa Crediamigo, deixou de ser executada pelo Instituto e passou a ser executada por outra entidade, no entanto o Instituto e o Parceiro Público, cumprirão o que está previsto em contrato, o qual estabelece a continuidade de repasses de recursos necessários para arcar com os ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Instituto que temas os quais são resultado das atividades operacionalizadas pelo Instituto para o Parceiro Público, durante a vigência do termo de parceria.

***Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)***

Em 09 de dezembro de 2024, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2024/315 pelo período de dois anos (01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2026). Durante a vigência do Termo nº 2024/315 o Instituto receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Agroamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

**Contrato de Concessão Water.org**

O Contrato de Doação de recursos com a Water.org, iniciado em 19 de setembro de 2019, teve sua vigência estendida até 01 de fevereiro de 2025, após sucessivas renovações, evidenciando a solidez e a confiança na parceria. Durante este período, o Instituto continua a receber fundos para a gestão e execução do Projeto Caminhos das Águas, em colaboração com o Banco do Nordeste (BNB). É importante destacar que há uma expectativa de renovação deste contrato para o ano de 2025.

**d. Termo de Fomento - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú – (“Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú”)**

O Termo de Fomento nº 1592.22.08.25.01, com vigência de catorze meses (25 de agosto de 2022 a 24 de outubro de 2023, sendo renovado pelo primeiro aditivo, com vigência de 10 meses, até 25 de agosto de 2024, e o segundo aditivo, com vigência de 1 de setembro de 2024 a 30 de dezembro 2024, reiterando o compromisso em fornecer recursos contínuos para estes programas, essenciais para capacitar a próxima geração e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Para 2025, estamos em processo desde outubro de 2024 de renovação da inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú (CMDCA) que administra o FIA, o projeto está pronto para ser apresentado para aquisição da Carta de Captação de Recursos (CCR). O Projeto Labinec Maracanaú funcionará para mais dois anos em parceria com Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú, que cedeu espaço no Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU), localizado na Rua Maria Fernandes, nº 110, Bairro Siqueira. O Termo de Cessão de Imóveis está em fase de finalização, aguardando apenas ajustes estruturais no prédio, com previsão de liberação das atividades a partir de janeiro de 2025.

Este termo estabelece o financiamento e apoio para iniciativas voltadas à inclusão tecnológica de jovens e crianças de Maracanaú. O objetivo é oferecer acesso a ferramentas e educação tecnológica, promovendo habilidades digitais e preparando os beneficiados para os desafios do futuro.

**Termo de Fomento – Fundo para Criança e Adolescência do Ceará - “Programa Desenvolvimento Comunitário - Ciranda de Saberes, Diálogos e Sustentabilidade”.**

O Fundo para Criança e Adolescência do Ceará – FECA, tem por sustentação legal o art. 88, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Art. 2º da Lei Estadual 11.889 que instituiu o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-CE, na Lei 12.183 e no Decreto 21.874 que regulamenta o FECA. Constitui-se num Fundo Especial, conforme preceitua a Lei Federal 4320/64, art. 71, sendo “produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada à adoção de normas peculiares de aplicação”. O CEDCA-CE conta com a operacionalização técnico-administrativa da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos – SPS, do Governo do Estado do Ceará, em relação às operações de controle e execução de despesas dos recursos relativos ao FECA, bem com a prestação de contas.

O Termo de Fomento nº 03/2024, de acordo com o Processo nº 47001.008926/2023-00, foi firmado em 6 de março de 2023 entre a Secretaria de Proteção Social do Governo do Estado do Ceará e o Instituto Nordeste Cidadania, prevê execução do plano de trabalho do “Programa Desenvolvimento Comunitário - Ciranda de Saberes, Diálogos e Sustentabilidade”, vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em 31 de agosto de 2024, alterada em

02 de agosto de 2024 por ofício aditivo para 31 de outubro de 2024. As contas já foram aprovadas. Novo plano de trabalho está em fase de aprovação para 2025.

**e. Depósitos judiciais**

Estes são demonstrados ao valor de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**f. Imobilizado**

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Instituto reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, e estão apresentadas na nota explicativa nº 12.

Cada item de imobilizado é baixado quando ocorre a perda, obsolescência, devolução, ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**g. Intangível**

***Softwares***

As licenças de softwares são registradas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

O Instituto reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

**(ii) Ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**i. Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**j. Obrigações sociais e trabalhistas**

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF, PIS e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

**k. Provisões e provisões para riscos tributários e trabalhistas**

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Instituto é parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **I. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. O Instituto avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- **Receita com prestação de serviços de consultoria**

A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, o serviço for efetivamente realizado e o Instituto não detiver mais controle ou responsabilidade sobre o serviço prestado.

O Inec realiza serviço de consultoria de planejamento e educação financeira a empreendedores de atividades produtivas de micro e pequeno portes, pessoas físicas e jurídicas, visando resguardá-los, direta ou indiretamente, de forma a assegurar a continuidade do ciclo de desenvolvimento sustentável do empreendimento e das economias locais e regionais.

- **Receitas de programas e projetos (Crediamigo e Agroamigo)**

As receitas com restrições são lançadas com base na realização da despesa para execução dos projetos, ou seja, para cada registro de despesa realizada temos o registro da receita pelo mesmo valor.

- **Receita de doações / Receita de doações com restrição**

As receitas de doações de pessoas físicas ou jurídicas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

- **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- **Receitas com trabalhos voluntários**  
As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

## **7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Instituto não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

### **A) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Instituto ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de superávit e déficit do Instituto, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Instituto também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

### **B) Outras Normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

## 8 Caixa e equivalente de caixa - Com restrição

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos com restrição	830	168
Aplicações financeiras com restrição (a)	4.859	8.217
	<b>5.689</b>	<b>8.385</b>

- (a) Recursos originados dos Termos de Parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e dos recursos do projeto Water.org., do Termo de Fomento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú e do Termo do Incentivo à cultura - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações vinculadas aos projetos Crediamigo, Agroamigo, Water.org, Labinec e Mecenas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 85,78% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (92,30% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

### Movimentação das aplicações financeiras - Com restrição

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2024
<b>Aplicações financeiras - recursos com restrição</b>							
Banco do Nordeste - mda aplicação 107.165-0	2	-	(2)	-	-	-	-
Banco do Brasil - aplicação water.org c/c 15509-8	465	982	(907)	55	(10)	-	585
Banco do Brasil -aplicação Cultura em Comunidade 15743-0	36	-	(36)	-	-	-	-
Banco do Brasil - aplicação Labinec - Fia Maracanaú	224	-	(197)	7	-	-	34
Banco do Nordeste - crediamigo aplicação 20094-3 (i)	5.079	13.634	(16.981)	186	(54)	(8)	1.856
Banco do Nordeste - agroamigo aplicação 22002-2	2.384	39.910	(40.067)	240	(45)	(38)	2.384
Banco do Brasil - mecenas - aplicação - cultura em comunidade - cap 16.296-5	27	-	(27)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.217</b>	<b>54.526</b>	<b>(58.217)</b>	<b>488</b>	<b>(109)</b>	<b>(46)</b>	<b>4.859</b>

<b>Aplicações financeiras - recursos com restrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Adição</b>	<b>Resgate</b>	<b>Rendimento</b>	<b>IRRF</b>	<b>IOF</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Banco do Nordeste - mda aplicação 107.165-0	2	-	-	-	-	-	2
Banco do Brasil - aplicação water.org c/c 15509-8	131	1.084	(773)	29	(6)	-	465
Banco do Nordeste - agroamigo aplicação 16929-9	4.849	7.337	(12.388)	276	(65)	(9)	-
Banco do Brasil - aplicação Cultura em Comunidade 15743-0	139	-	(108)	7	(2)	-	36
Banco do Brasil - aplicação Labinec - Fia Maracanau	347	245	(387)	19	-	-	224
Banco do Nordeste - crediamigo aplicação 20094-3 (i)	29.759	-	(26.360)	2.107	(425)	(2)	5.079
Banco do Nordeste - agroamigo aplicação 22002-2	-	36.834	(34.535)	151	(22)	(44)	2.384
Banco do Brasil - mecenas - aplicação - cultura em comunidade - cap 16.296-5	-	165	(140)	2	-	-	27
<b>Total</b>	<b><u>35.227</u></b>	<b><u>45.665</u></b>	<b><u>(74.691)</u></b>	<b><u>2.591</u></b>	<b><u>(520)</u></b>	<b><u>(55)</u></b>	<b><u>8.217</u></b>

O Instituto mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente, enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

- (i) A redução decorre de resgastes realizados para pagamentos de causas trabalhistas, depósitos judiciais e serviços advocatícios.

## 9 Caixa e equivalente de caixa - Sem restrição

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e bancos sem restrição	91	85
Aplicações financeiras sem restrição	11.323	10.205
	<b><u>11.414</u></b>	<b><u>10.290</u></b>

## Movimentação das aplicações financeiras - Sem restrição

<b>Aplicações financeiras - recursos sem restrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Adição</b>	<b>Resgate</b>	<b>Rendimento</b>	<b>IRRF</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
Banco do Brasil - INEC aplic c/c 15172-6	3.289	-	(3.000)	113	(23)	379
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 1064-8	330	2.153	(1.337)	79	(14)	1.211
Banco Safra - aplicação INEC 5128-6	1.419	1.599	(100)	172	(24)	3.066
Banco Mercantil – aplicação INEC 2537831-4	-	1.000	-	10	-	1.010
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 27748-2	-	21	-	-	-	21
Banco CEF - 287-9	5.167	-	-	550	(81)	5.636
<b>Total</b>	<b><u>10.205</u></b>	<b><u>4.773</u></b>	<b><u>(4.437)</u></b>	<b><u>924</u></b>	<b><u>(142)</u></b>	<b><u>11.323</u></b>

*Instituto Nordeste Cidadania*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2024*

<b>Aplicações financeiras - recursos sem restrição</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Adição</b>	<b>Resgate</b>	<b>Rendimento</b>	<b>IRRF</b>	<b>IOF</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>
Banco do Brasil - INEC aplic c/c 15172-6	2.991	-	(6)	355	(51)	-	3.289
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 1064-8	1.752	-	(1.543)	146	(25)	-	330
Banco Safra - aplicação INEC 5128-6	1.337	105	(61)	50	(12)	-	1.419
Banco do Brasil - projeto vale gás poup - 15172-6	30	5	(35)	-	-	-	-
Banco CEF - 287-9	4.655	-	(91)	603	-	-	5.167
<b>Total</b>	<b><u>10.765</u></b>	<b><u>110</u></b>	<b><u>(1.736)</u></b>	<b><u>1.154</u></b>	<b><u>(88)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>10.205</u></b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações do Instituto, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 85,78% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (92,30% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

## 10 Termo de parceria/doação a receber

Os valores são provenientes dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), termo de fomento Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescência da Prefeitura de Maracanaú e são repassados conforme os cronogramas de pagamentos/desembolsos dos termos.

	31/12/2024	31/12/2023
Termo de Parceria Crediamigo	152.879	182.649
Termo de Parceria Agroamigo	821.436	319.014
<b>Total</b>	<b><u>974.315</u></b>	<b><u>501.663</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>515.807</b>	<b>347.994</b>
<b>Não circulante</b>	<b>458.508</b>	<b>153.669</b>

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2023	Renovação/Contratação	Rendimentos	Recebimento/Repasse	Reversão	Saldo em 31/12/2024
A Termo de parceria Crediamigo	182.649	-	(2.038)	(27.732)	-	152.879
Termo de parceria Agroamigo	319.014	731.344	(75)	(228.847)	-	821.436
Termo de doação Water.org	-	938	(39)	(1.011)	112	-
Termo de doação FECA	-	119	-	(119)	-	-
	<b><u>501.663</u></b>	<b><u>732.401</u></b>	<b><u>(2.152)</u></b>	<b><u>(257.709)</u></b>	<b><u>112</u></b>	<b><u>974.315</u></b>

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2022	Renovação/Contratação	Rendimentos	Recebimento/Repasse	Reversão (a)	Devolução Recurso (b)	Saldo em 31/12/2023
Termo de parceria Crediamigo	185.229	-	(2.580)	-	-	-	182.649
Termo de parceria Agroamigo	529.396	-	(348)	(199.148)	(19.206)	8.320	319.014
Termo de doação Water.org	-	1.060	(16)	(1.009)	(35)	-	-
Termo de doação Labinec - FIA Maracanaú	114	-	(5)	(119)	10	-	-
Termo de doação Mecenas	-	110	-	(110)	-	-	-
	<b><u>714.739</u></b>	<b><u>1.170</u></b>	<b><u>(2.949)</u></b>	<b><u>(200.386)</u></b>	<b><u>(19.231)</u></b>	<b><u>8.320</u></b>	<b><u>501.663</u></b>

- (a) A reversão se refere ao valor projetado orçado do Termo de Parceria nº 2020-554, que não foi recebido e nem executado
- (b) A devolução se refere ao valor projetado orçado do Termo de Parceria nº 2020-554, que não foi recebido e nem executado.

## 11 Depósitos judiciais

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo Inec, que poderão ser revertidos em benefício, mediante as decisões judiciais.

Os saldos referem-se principalmente a causas trabalhistas nas quais o Instituto figura como réu conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

	Crediamigo	Agroamigo	Total
<b>Em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>6.537</b>	<b>676</b>	<b>7.213</b>
(+) Adições	21.721	1.783	23.504
(+) Atualização monetária	980	78	1.058
(-) Pagamentos	(6.754)	(557)	(7.311)
(-) Devolução	(1.136)	(190)	(1.326)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.348</b>	<b>1.790</b>	<b>23.138</b>
(+) Adições	29.205	4.309	33.514
(+) Atualização monetária	1.901	170	2.071
(-) Pagamentos	(14.845)	(3.259)	(18.104)
(-) Devolução	(1.708)	(267)	(1.975)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>35.901</b>	<b>2.743</b>	<b>38.644</b>

## 12 Imobilizado (com restrição e sem restrição)

	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado com restrição (nota 12.1)	704	710
Imobilizado sem restrição (nota 12.2)	119	103
	<b>823</b>	<b>813</b>

### 12.1 Imobilizado com restrição

Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e por meio da parceria entre Inec, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e projeto Water.org. Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o Inec e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens aguardam ofício de doação para serem incorporados ao Inec por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Instalações	<b>10%</b>	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	<b>10%</b>	611	(300)	311	292
Móveis e utensílios	<b>10%</b>	131	(67)	64	82
Computadores e periféricos	<b>20%</b>	1.000	(691)	309	312
Veículos	<b>25%</b>	-	-	-	-
Instrumentos musicais	<b>10%</b>	14	(1)	13	14
Eletroeletrônicos de telefonia	<b>10%</b>	13	(6)	7	10
		<b>1.769</b>	<b>(1.065)</b>	<b>704</b>	<b>710</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado com restrição:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>Custo:</b>				
Instalações	3	-	(3)	-
Máquinas e equipamentos	587	112	(88)	611
Móveis e utensílios	222	14	(105)	131
Computadores e periféricos	931	141	(72)	1.000
Veículos	136	-	(136)	-
Instrumentos musicais	14	-	-	14
Eletroeletrônico de telefonia	13	-	-	13
<b>Total do custo</b>	<b>1.906</b>	<b>267</b>	<b>(404)</b>	<b>1.769</b>
<b>Depreciação:</b>				
Instalações	(3)	-	3	-
Máquinas e equipamentos	(295)	(55)	50	(300)
Móveis e utensílios	(140)	(14)	87	(67)
Computadores e periféricos	(619)	(133)	61	(691)
Veículos	(136)	-	136	-
Instrumentos musicais	-	(2)	-	(2)
Eletroeletrônico de telefonia	(3)	(3)	-	(6)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.196)</b>	<b>(206)</b>	<b>337</b>	<b>(1.065)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>710</b>	<b>61</b>	<b>(67)</b>	<b>704</b>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo:</b>				
Instalações	3	-	-	3
Máquinas e equipamentos (i)	581	37	(31)	587
Móveis e utensílios (i)	230	4	(12)	222
Computadores e periféricos (i)	953	88	(110)	931
Veículos	136	-	-	136
Instrumentos musicais	12	14	(12)	14
Eletroeletrônico de telefonia	13	-	-	13
<b>Total do custo</b>	<b>1.928</b>	<b>143</b>	<b>(165)</b>	<b>1.906</b>
<b>Depreciação:</b>				
Instalações	(3)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(262)	(51)	18	(295)
Móveis e utensílios	(126)	(18)	4	(140)
Computadores e periféricos	(568)	(125)	74	(619)
Veículos	(136)	-	-	(136)
Instrumentos musicais	-	(1)	1	-
Eletroeletrônico de telefonia	(1)	(2)	-	(3)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.096)</b>	<b>(197)</b>	<b>97</b>	<b>(1.196)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>832</b>	<b>(54)</b>	<b>(68)</b>	<b>710</b>

## 12.2 Imobilizado sem restrição

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	10%	196	(126)	70	49
Móveis e utensílios	10%	86	(58)	28	26
Computadores e periféricos	20%	387	(366)	21	28
Veículos	25%	128	(128)	-	-
		<b>797</b>	<b>(678)</b>	<b>119</b>	<b>103</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado sem restrição:

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	168	34	(6)	196
Móveis e utensílios	82	19	(15)	86
Computadores e periféricos	388	15	(16)	387
Veículos	128	79	(79)	128
<b>Total do custo</b>	<b>766</b>	<b>147</b>	<b>(116)</b>	<b>797</b>
<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(119)	(10)	2	(127)
Móveis e utensílios	(55)	(6)	3	(58)
Computadores e periféricos	(361)	(18)	14	(365)
Veículos	(128)	(4)	4	(128)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(663)</b>	<b>(38)</b>	<b>23</b>	<b>(678)</b>
<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>103</b>	<b>109</b>	<b>(93)</b>	<b>119</b>

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	165	3	-	168
Móveis e utensílios	84	-	(2)	82
Computadores e periféricos	406	1	(19)	388
Veículos	128	-	-	128
<b>Total do custo</b>	<b>783</b>	<b>4</b>	<b>(21)</b>	<b>766</b>
<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(111)	(8)	-	(119)
Móveis e utensílios	(50)	(5)	1	(54)
Computadores e periféricos	(347)	(33)	18	(362)
Veículos	(128)	-	-	(128)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(636)</b>	<b>(46)</b>	<b>19</b>	<b>(663)</b>
<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>147</b>	<b>(42)</b>	<b>(2)</b>	<b>103</b>

## 13 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores – Agroamigo (a)	1.075	665
Fornecedores - Inec Social	8	12
	<b><u>1.083</u></b>	<b><u>679</u></b>

(a) A variação decorre: despesas de comunicação, serviço de instalação e manutenção, despesas de energia.

## 14 Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias e valores retidos dos empregados a serem repassados às associações de classe.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Obrigações com empregados</b>		
Salários a pagar	7.181	5.683
Rescisão a pagar	27	78
	<b><u>7.208</u></b>	<b><u>5.761</u></b>
<b>Encargos sociais e contribuições</b>		
Contribuição sindical	21	21
FGTS a recolher	1.017	872
PIS sobre folha de pagamento	169	106
INSS a recolher	3.344	2.594
IRRF sobre folha de pagamento	1.172	807
	<b><u>5.723</u></b>	<b><u>4.400</u></b>
<b>Outras obrigações</b>		
Pensão judicial a repassar	12	11
Convênio BNB / CDC a repassar	182	150
	<b><u>194</u></b>	<b><u>161</u></b>
<b>Provisão para férias e encargos sociais</b>		
Provisão de férias	9.520	7.976
Provisão INSS sobre férias	2.482	2.072
Provisão PIS sobre férias	95	80
Provisão FGTS sobre férias	754	631
	<b><u>12.851</u></b>	<b><u>10.759</u></b>
<b>Total obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b><u>25.976</u></b>	<b><u>21.081</u></b>

## 15 Termo de parceria/doação a executar

	31/12/2024	31/12/2023
Termo de parceria – Crediamigo	121.967	127.846
Termo de parceria – Agroamigo	793.802	293.913
Termo de doação – Water.org	588	455
Termo de doação – MDA	-	2
Termo de doação Labinec FIA Maracanaú	91	300
Termo de doação – PRONAC	-	36
Termo de Fomento – DC - FECA	7	10
Termo de doação MECENAS	13	41
	<b>916.468</b>	<b>422.603</b>
<b>Circulante</b>	<b>457.601</b>	<b>323.737</b>
<b>Não circulante</b>	<b>458.867</b>	<b>98.866</b>

### Movimentação dos saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2023	Renovação/ Contratação	Execução	Reversão Contingência	Reversão TP	(Despesas) /Receitas financeiras	Devolução de Recursos	Saldo em 31/12/2024
Termo de parceria – Crediamigo	127.846	-	(26.243)	20.372	(3)	(5)	-	121.967
Termo de parceria – Agroamigo	293.913	731.344	(231.180)	(233)	-	(42)	-	793.802
Termo de doação – Water.org	455	938	(915)	-	-	110	-	588
Termo de doação – MDA	2	-	-	-	-	-	(2)	-
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	300	-	(216)	-	-	7	-	91
Termo de doação – PRONAC	36	-	(5)	-	-	-	(31)	-
Termo de Fomento – DC – FECA	10	119	(105)	-	-	3	(20)	7
Termo de doação MECENAS	41	-	(1)	-	-	-	(27)	13
	<b>422.603</b>	<b>732.401</b>	<b>(258.665)</b>	<b>20.139</b>	<b>(3)</b>	<b>73</b>	<b>(80)</b>	<b>916.468</b>

	Saldo em 31/12/2022	Renovação/ Contratação	Execução	Reversão Contingência	Reversão TP	(Despesas) /Receitas financeiras	Transferência Bancária	Saldo em 31/12/2023
Termo de parceria – Crediamigo	94.823	-	(2.627)	35.662	-	(12)	-	127.846
Termo de parceria – Agroamigo	504.964	-	(193.768)	1.957	(19.205)	(35)	-	293.913
Termo de doação – Water.org	185	1.060	(751)	-	(35)	(4)	-	455
Termo de doação – MDA	2	-	-	-	-	-	-	2
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	554	-	(277)	-	-	23	-	300
Convênio Planseq	5	-	-	-	-	-	(5)	-
Termo de doação – PRONAC	150	-	(120)	-	-	6	-	36
Termo de Fomento – DC – FECA	12	-	(3)	-	-	1	-	10
Termo de doação MECENAS	-	110	(71)	-	-	2	-	41
	<b>600.695</b>	<b>1.170</b>	<b>(197.617)</b>	<b>37.619</b>	<b>(19.240)</b>	<b>(19)</b>	<b>(5)</b>	<b>422.603</b>

## 16 Provisão para contingência

O Instituto é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária decorrentes do curso normal dos negócios. Com base nas informações e avaliações de sua assessoria jurídica, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que reflete a saída de recurso esperada. A provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. Foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável com base na recomendação da assessoria jurídica.

Em 31 de dezembro de 2024 a provisão para contingência provável foi reavaliada pelo jurídico e reconhecida pela administração, e estava reconhecida no montante de R\$ 77.579 correspondendo a 1.005 processos, sendo 1.001 processos trabalhistas (R\$ 90.819 correspondentes a 891 processos, sendo 887 processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2023).

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito significativo nas condições financeiras do Instituto, os recursos serão custeados pelo Banco do Nordeste por intermédio do Termo de parceria do Crediamigo e do Agroamigo conforme nota explicativa nº 6c.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributária</b>	<b>Cível</b>	<b>Total</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>135.324</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>135.715</b>
(+) Constituição de provisão	21.685	-	-	21.685
(-) Reversão de prognóstico (a)	(24.118)	-	-	(24.118)
(-) Reavaliação de provisão (b)	(34.765)	-	-	(34.765)
(-) Baixas	(7.698)	-	-	(7.698)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>90.428</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>90.819</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>90.428</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>90.819</b>
(+) Constituição de provisão	25.019	-	-	25.019
(-) Reversão de prognóstico (a)	(14.177)	-	-	(14.177)
(-) Reavaliação de provisão (b)	(5.658)	-	-	(5.658)
(-) Baixas	(18.404)	-	(20)	(18.424)
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>77.208</b>	<b>356</b>	<b>15</b>	<b>77.579</b>

- (a) Mudança na probabilidade da perda que foi para possível e perda remota.  
 (b) Adoção de novo valor por decisão judicial.

### Principais naturezas – processos trabalhistas

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas. O encerramento do Termo de Parceria do Crediamigo resultou na redução significativa de colaboradores, consequentemente o aumento de causas trabalhistas.

### **Contingência avaliadas com risco de perda possível**

Em 31 de dezembro de 2024, o Inec é parte em outros processos trabalhistas para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, julgou risco de perda possível de causas trabalhistas no valor de R\$ 37.655 correspondendo a 196 processos, (255 processos em 31 de dezembro de 2023 no valor total de R\$ 46.123) e causas administrativas e cíveis em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 37 correspondendo a 10 processo, (1 processos em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 7). As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

## **17 Patrimônio Líquido**

### **a. Patrimônio social**

O patrimônio social representa o superávit/déficit acumulado do Instituto no decorrer das suas atividades.

O superávit ou déficit sem restrição é composto pelo resultado positivo ou negativo entre a origem e aplicação dos recursos, os quais não possuem uma destinação específica, porém são alinhados com os objetivos sociais do Instituto.

O valor do superávit apurado no exercício será incorporado ao patrimônio social, conforme ITG 2002 (R1) “Entidade sem Finalidade de Lucros”. O Instituto apresentou superávit no montante de R\$ 1.146 em 31 de dezembro de 2024 (déficit de R\$ 568 em 31 de dezembro de 2023).

### **b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Contempla na remuneração dos membros da diretoria executiva salários e benefícios. Sendo estes em 2024 o montante de R\$ 1.271 (R\$1.103 em 2023).

## **18 Receitas operacionais líquidas**

### **18.1 Receitas com restrições**

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (nota nº 1)	36.922	2.639
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	234.249	193.803
Programa Water.org	917	755
Termo de Doação - Labinec - FIA Marac	216	277
Termo de Doação - MECENAS	1	71
Termo de Doação - Cultura Comun - Pronac	6	120
Termo de Doação - DC - FECA	105	3
<b>Receitas operacionais com restrições</b>	<b><u>272.416</u></b>	<b><u>197.668</u></b>

## 18.2 Receitas sem restrições

	31/12/2024	31/12/2023
Campanha Brasil sem fome (a)	186	122
Receita trabalho voluntário (b)	277	205
Doação de associados	94	95
Doações pessoa física e jurídica	142	125
Doações de Bens Pessoa Física	1	-
Prestação de serviços de consultoria (c)	-	10
	<b>700</b>	<b>557</b>
<b>Deduções</b>		
(-) COFINS sobre prestação de serviços	-	(1)
(-) ISS sobre prestação de serviços	-	(1)
	<b>-</b>	<b>(2)</b>
<b>Receitas operacionais com restrições</b>	<b>700</b>	<b>555</b>
<b>Total receitas operacionais líquidas</b>	<b>273.116</b>	<b>198.223</b>

- (a) Parceria com a Ação da Cidadania, o Inec desenvolveu a Campanha Brasil sem Fome, de arrecadação e distribuição de alimentos.
- (b) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).
- (c) Para Entidades sem finalidade de lucro, não há incidência do PIS, conforme o que dispõe o artigo nº 47 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002.

## 19 Custos com programas e projeto sociais

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Inec Território</b>		
<i>Desenvolvimento Comunitário</i>		
Serviços de terceiros	-	(38)
Material de consumo	-	-
Ajuda de custo	-	(17)
Deslocamento	-	(6)
Diárias	-	(3)
Materiais de apoio	-	(8)
Lanches e refeições	-	(11)
	<b>-</b>	<b>(83)</b>
<i>Calendário do bem</i>		
Materiais de apoio	(19)	(26)
Doações de Cestas Básicas	(275)	(127)
	<b>(294)</b>	<b>(153)</b>
<i>Doações diversas ações pontuais</i>		
Despesas com projetos e ações sociais pontuais	(6)	(45)
Doações projetos diversos	(6)	(1)
	(16)	-
	(23)	-
	(29)	-
	<b>(80)</b>	<b>(46)</b>
<b>Total Inec Território</b>	<b>(374)</b>	<b>(282)</b>

**Instituto Nordeste Cidadania**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Inec Juventude</b>		
<i>Prosseguir</i>		
Hora aula	(41)	(76)
Ajuda de custo	(10)	(12)
Lanches e refeições	(3)	(39)
Deslocamento	(9)	(3)
Material apoio	(10)	(18)
Serviços prestados por terceiros	(30)	(39)
Diárias	(3)	(3)
Telefone/Internet	-	(2)
Despesa c/capacitação	-	(16)
	<b>(106)</b>	<b>(208)</b>
<i>Jovens comunicadores</i>		
Ajuda de custo	-	(5)
Hora aula	-	(4)
Serviços prestados por terceiros	-	(15)
Despesa c/capacitação	-	(16)
Outros custos	-	(10)
	<b>-</b>	<b>(50)</b>
<b>Total Inec Juventude</b>	<b>(106)</b>	<b>(258)</b>
<b>Inec Cultura</b>		
<i>Cultura Em Comunidade</i>		
Material de consumo	-	-
Ajuda de custo	-	(20)
Deslocamento	-	(1)
Diárias	-	(5)
Serviços de terceiros	(1)	(47)
Outros custos	-	(3)
	<b>(1)</b>	<b>(76)</b>
<i>Espaço Leitura</i>		
Material apoio	(1)	(18)
Lanches e refeições	(45)	(84)
Material de consumo	-	-
Ajuda de custo	(36)	(55)
Deslocamento	(5)	(13)
Serviços de terceiros	(13)	(6)
Diárias	(2)	(3)
	<b>(102)</b>	<b>(179)</b>
<b>Total Inec Cultura</b>	<b>(103)</b>	<b>(255)</b>
<b>Inec Tecnologia</b>		
<i>Labinec</i>		
Serviços prestados por terceiros	(242)	(232)
Material apoio	(12)	(10)
Depreciação	(12)	(23)
Telefone/Internet	(3)	(3)
Ajuda de custo	(25)	(19)
Deslocamento	(11)	-
Material de consumo	(2)	(2)
Lanches e refeições	(8)	(7)
Manutenção e Instalações	-	(3)
Outros custos	-	(8)
Custos com pessoal	-	(21)
	<b>(315)</b>	<b>(328)</b>
<b>Projeto Vale Gás</b>		
Ajuda de custo	-	(28)
Serviços prestados por terceiros	-	(8)
Outros custos	-	-
	<b>-</b>	<b>(36)</b>

**Instituto Nordeste Cidadania**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2024

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Projeto Ecoinec</b>		
Serviços prestados por terceiros	(108)	(138)
Material de apoio	(16)	(13)
Outros custos	(47)	(20)
Despesa com pessoal	(24)	-
Insumos	(3)	-
Deslocamento e frete	(1)	-
Serviços gráficos	(4)	-
	<b>(203)</b>	<b>(171)</b>
<b>Custos com programas sem restrições</b>	<b>(1.101)</b>	<b>(1.330)</b>
<b>Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (a)</b>		
Folha de pagamento	(55)	(110)
Provisão para contingência trabalhista	(23.372)	(19.866)
Reversão para contingência trabalhista	20.372	55.528
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	(31.047)	(35.662)
Encargos sociais	(34)	(46)
Benefícios	(178)	(1)
Custos administrativos	(40)	(148)
Depreciação	(124)	(139)
Despesas com TI	(30)	(6)
Despesa com jurídico	(2.352)	(2.023)
Serviços prestados por terceiros	(30)	(91)
Tributos	(28)	(63)
	<b>(36.918)</b>	<b>(2.627)</b>
<b>Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)</b>		
Folha de pagamento	(113.758)	(96.460)
Provisão para contingência trabalhista	(1.651)	1.819
Reversão para contingência trabalhista	(233)	(3.776)
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	(2.793)	1.957
Encargos sociais	(39.472)	(33.470)
Benefícios	(47.654)	(38.522)
Capacitação	(2.219)	(2.069)
Custos administrativos	(5.927)	(5.276)
Depreciação	(129)	(110)
Monitoração	(458)	(483)
Trabalho em campo	(10.096)	(9.739)
Comunicação	(86)	(155)
Despesas com eventos	(2.705)	(1.534)
Despesas com TI	(3.631)	(2.866)
Despesas com manutenção	(1.959)	(1.653)
Despesa com jurídico	(291)	(312)
Serviços prestados por terceiros	(1.072)	(871)
Tributos	(290)	(248)
	<b>(234.424)</b>	<b>(193.768)</b>
<b>Programa Water.org</b>		
Folha de pagamento	(448)	(420)
Encargos sociais	(51)	(49)
Benefícios	(43)	(34)
Capacitação	(2)	(8)
Custos administrativos	(62)	(48)
Depreciação	(6)	(5)
Trabalho em campo	(126)	(37)
Serviços prestados por terceiros	(174)	(124)
Despesas com eventos	(3)	(26)
	<b>(915)</b>	<b>(751)</b>
<b>Labinec Fia Maracanaú</b>		
Custos administrativos	(195)	(257)
Depreciação	(21)	(20)
	<b>(216)</b>	<b>(277)</b>

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Cultura em Comunidade – Pronac</b>		
Custos administrativos	(5)	(119)
Depreciação	-	(1)
	<u>(5)</u>	<u>(120)</u>
<b>Projeto DC – FECA</b>		
Custos administrativos	(103)	-
Depreciação	(2)	(3)
	<u>(105)</u>	<u>(3)</u>
<b>Projeto – MECENAS</b>		
Custos administrativos	-	(70)
Depreciação	(1)	(1)
	<u>(1)</u>	<u>(71)</u>
<b>Custos com programas com restrições</b>	<b>(272.584)</b>	<b>(197.617)</b>
<b>Total geral</b>	<b><u>(273.685)</u></b>	<b><u>(198.947)</u></b>

- (a) Apesar da conclusão do Termo de Parceria do Crediamigo, as obrigações com as contingências trabalhistas, assessoria jurídica e salário de colaboradores de licença trabalho permanecem até os vínculos entre as partes se extinguirem, conforme divulgado na nota explicativa nº 6.c.

## 20 Despesas gerais e administrativas

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Despesas gerais e administrativas	(1.080)	(867)
Despesa com voluntariado (a)	(277)	(205)
<b>Total</b>	<b><u>(1.357)</u></b>	<b><u>(1.072)</u></b>
<b>Por natureza</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Divulgação	(76)	(75)
Material de escritório	(17)	(31)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(331)	(185)
Cursos e treinamentos	(24)	(30)
Depreciações e amortizações	(28)	(24)
Despesas tributárias	(217)	(242)
Despesas com pessoal	(4)	(4)
Confraternização	(19)	(94)
Lanches e refeições	(49)	(31)
Despesas com veículos	(40)	(31)
Deslocamentos	(61)	(49)
Diárias	(21)	(31)
Baixa bens ativo imobilizado	(90)	(1)
Aluguel / Manutenção de softwares	-	(15)
Manutenção e instalações	-	(5)
Seguros veículos	(6)	(6)
Despesa com voluntariado (a)	(277)	(205)
Outras despesas	(5)	(13)
Brindes	(15)	-
Serviços judiciais e advocatícios	(77)	-
<b>Total</b>	<b><u>(1.357)</u></b>	<b><u>(1.072)</u></b>

- (a) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).

## 21 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita financeira</b>		
Rendimentos de aplicações	1.211	1.156
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b><u>1.211</u></b>	<b><u>1.156</u></b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros passivos	-	(1)
Taxas diversas	(50)	(52)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b><u>(50)</u></b>	<b><u>(53)</u></b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b><u>1.161</u></b>	<b><u>1.103</u></b>

## 22 Instrumentos Financeiros por categoria

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### 22.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2024	2023
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	5.689	8.385
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição	11.414	10.290
Valores a receber	1.122	1.121
Termo de parceria/doação a receber – Circulante e Não circulante	974.315	501.663
	<b><u>992.540</u></b>	<b><u>521.459</u></b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	1.083	679
Termo de parceria/doação a executar – Circulante e Não Circulante	916.468	422.603
	<b><u>917.551</u></b>	<b><u>423.282</u></b>

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco da conjuntura do país.

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades resultante de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e dos termos de parcerias a receber.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Tesouro Direto. O Instituto não assume o risco de crédito pelo microcrédito o qual é administrado pelas instituições financeiras, visto que são os responsáveis pela análise e liberação do recurso financeiro. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, pelos valores contábeis.

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8 e 9)	17.103	18.675
Termo de parceria/doação a receber – Circulante e Não circulante (Nota 10)	974.315	501.663
Títulos de capitalização	-	70
	<b><u>991.418</u></b>	<b><u>520.408</u></b>

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 13)	1.083	679
Termo de parceria/doação a executar Circulante e Não Circulante (Nota 15)	916.468	422.603
	<b><u>917.551</u></b>	<b><u>423.282</u></b>

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

***Risco de mercado (taxa de juros)***

Esse risco é oriundo da possibilidade do Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Tesouro Direto. Conforme comentado nas notas explicativas nº 8 e 9, as aplicações por meio dos fundos de investimento são certificados de depósitos bancários de fundos de renda fixa, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, com resgate de curto prazo quando permitido pela diretoria executiva. A política de investimento do Instituto é submetida pela diretoria executiva ao conselho de administração que aprova anualmente a aplicação de recursos. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

***Risco da conjuntura do país***

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades do Instituto e nas ações operacionais.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-las, incluindo aumentos nas taxas de juros, e ausência ou mesmo diminuição de investimentos em políticas de ações sociais poderão contribuir para a incerteza econômica e a viabilização de parceiros. Assim como, podem gerar um efeito adverso sobre a condição financeira do Instituto.

## **23 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)**

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

## 24 Demonstração das origens e aplicações dos recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Origens de recursos</b>			
Das operações			
Superávit/Déficit do exercício		1.146	(568)
Depreciação e amortização		321	327
Custo contábil de ativos imobilizados e intangível baixados		163	72
Constituição de provisão para contingências	16	25.019	21.685
Atualização monetária sobre depósito judicial	11	(2.071)	(1.058)
De terceiros			
Aumento (redução) de outros ativos e passivos não circulantes		54.110	(54.803)
<b>Total das origens</b>		<b>78.688</b>	<b>(34.345)</b>
<b>Aplicação de recursos</b>			
Aquisição de imobilizado	12	(414)	(147)
Aquisição de intangível		-	(3)
Reversão de provisão para contingência	16	(19.835)	(58.883)
De terceiros			
Aumento de outros ativos não circulantes (Depósitos judiciais)		(31.859)	(22.565)
<b>Total das aplicações</b>		<b>(52.108)</b>	<b>(81.598)</b>
<b>Aumento (redução) no capital circulante líquido</b>		<b>26.580</b>	<b>(115.943)</b>

**Demonstração do acréscimo no capital circulante líquido**

Ativo circulante		
No fim do exercício	534.501	368.670
No início do exercício	368.670	474.248
	<b>165.831</b>	<b>(105.578)</b>
Passivo circulante		
No fim do exercício	485.606	346.355
No início do exercício	346.355	335.990
	<b>139.251</b>	<b>10.365</b>
<b>Aumento (redução) no capital circulante líquido</b>	<b>26.580</b>	<b>(115.943)</b>

\* \* \*

Stelio Gama Lyra Junior  
Presidente

Roque de Morais Martins  
Diretor Financeiro

Maria Vania de Oliveira Soeiro  
Contadora  
CRC CE-009284/O-7

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/02/2025 | Edição: 42 | Seção: 3 | Página: 367

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

## EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2022/281

Custo do Projeto: R\$ 504.962.681,00 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Data de assinatura do TP: 23/12/2022. Início do projeto: 01/01/2023. Término: 31/12/2024. Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito rural AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jan/2023 a dez/2024 (a)	Realizado no período jan/2023 a dez/2024 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Valor total da Carteira Ativa Agroamigo / Total de unidades (R\$ milhões)	R\$ 31,86	R\$ 61,43	R\$ 29,58	192,8%
Valor Desembolsado (Em R\$ milhões)	R\$ 11.550,54	R\$ 14.272,58	R\$ 2.722,04	123,6%
Total de clientes ativos Agroamigo / Total de unidades (Mil)	6.700	7.573	873	113%
% Operações Renovadas	85%	93%	8%	109%
% Operações Contratadas com Mulheres	50%	51%	1%	102,4%
Quantidade de Operações	1.263.000	1.273.595	10.595	100,8%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jan/2021 a dez/2022 (c)	Despesas desembolsadas no período jan/2021 a dez/2022 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 438,28	R\$ 367,56	R\$ 70,72	83,9%
Capacitação de Empregados	R\$ 4,74	R\$ 4,21	R\$ 0,53	88,8%
Despesas Administrativas	R\$ 61,94	R\$ 56,09	R\$ 5,85	90,6%
Total	R\$ 504,96	R\$ 427,86	R\$ 77,10	84,7%

Do valor total previsto de R\$ 504.962.681,00 para o período de janeiro/2023 a dezembro/2024, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 427.863.610,23, gerando saldo de R\$ 77.099.070,77 na posição final do Termo de Parceria.

Para liquidar as despesas do período, foram recebidos repasses que totalizaram R\$ 427.001.232,54, creditados em conta corrente até Dez/2024, cujo saldo de disponibilidades em 28/02/2025 findou em R\$ 701.785,09. A composição do saldo de disponibilidades é feita pelo total de repasses R\$ 427.001.232,54 adicionado de R\$ 2.065.167,54 (créditos diversos) e R\$ 253.062,12 (rendimento líquido de aplicação financeira), deduzido de R\$ 427.863.610,23 (despesas) e R\$ 754.066,88 (débitos diversos).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Ministro José Américo, nº 326, Ed. 6º andar, Parque Iracema; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.824-245. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: inec@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.